

ERNESTO GEISEL (1908/1996)



O general Ernesto Geisel chefiou o quarto governo militar, exercendo a Presidência da República de 1974 a 1979. Sua ascensão seria uma clara demonstração de força do oficialato do Exército que apostava na profissionalização, na medida em que se sabia claramente tratar-se da retomada do projeto Castelo Branco de dar por concluído o ciclo de posse direta do poder pelos militares. Empossado, logo nos primeiros pronunciamentos

comprometeu-se com a abertura política e indicou a forma pela qual a conduziria. Assumia publicamente o compromisso com “distensão lenta, gradual e segura”. Muitos a consideraram demasiado lenta, na medida em que indicou outro militar para sucedê-lo (João Figueiredo, que governaria de março de 1979 a março de 1985)). Mas este já se achava desprovido da prerrogativa de recorrer a atos de exceção, em especial a cassação de mandatos ou a privação da possibilidade de recurso ao Judiciário pelas vítimas do arbítrio, restaurado que fora o “habeas-corpus”. Além disto, nesse último governo militar foram reintroduzidas as eleições diretas para governadores e extinto o bipartidarismo.

No cumprimento do que denominou de “distensão”, ao invés de “abertura”, Ernesto Geisel encontrou dificuldades de monta notadamente no propósito de esmagar a chamada **linha dura**, isto é, os militares em postos de comando que se opunham abertamente ao projeto e, ostensivamente, davam continuidade à repressão instaurada sob o governo anterior (general Médici). Enfrentou corajosamente as manifestações de desrespeito às suas ordens e afastou os seus partidários dos postos-chaves de comando. Ao mesmo tempo, contudo, se de um lado demonstrava publicamente sua disposição de acabar com a partidarização do Exército --simbolizada sobretudo pelo fato de que o último posto da carreira passara a corresponder à Presidência da República--, por outro lado atuou contraditoriamente no caminho da distensão. Examinando-a mais de perto talvez se possa formar uma opinião equilibrada sobre sua atuação: na verdade o último governo militar dispo de poderes para comportar-se como uma ditadura.

Ernesto Geisel pertence a uma primeira geração brasileira de ascendência alemã. Seu pai veio para o Brasil em 1890, fixando residência no Rio Grande do Sul onde constituiu família, na própria colônia germânica. Dois de seus filhos (Ernesto e Orlando) seguiram a carreira militar, tendo ambos chegado ao generalato. Na instituição, Ernesto seguiria um caminho próximo

ao adotado por Castelo Branco: exercício de funções de Estado Maior. Assim, assumiu a secretaria do Conselho de Segurança Nacional, órgão adstrito à Presidência da República (governo Eurico Dutra, pós-Estado Novo), passando em seguida à condição de adjunto do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e, ainda na década de cinquenta, a integrar o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Chegando a general, em 1961, foi designado para o Comando Militar de Brasília, posto no qual se encontrava quando da crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros e a tentativa dos militares de impedir a posse de Goulart. No breve exercício da Presidência da República pelo presidente da Câmara (deputado Ranieri Mazzilli) foi chefe do Gabinete Militar, exonerado por Goulart tão logo veio a ser empossado.

Como general, Orlando Geisel ocuparia posições destacadas na tropa, entre estas o Comando do III Exército e, sob os governos militares, o Ministério da Guerra (de 1969 a 1974). Quando da escolha de Ernesto Geisel para a Presidência da República teve o nome cogitado para a função. Com a posse do irmão, passou à reserva. Ainda assim, usou de sua influência para ajudá-lo a combater a denominada “linha dura”.

Com a ascensão dos militares ao poder, Ernesto Geisel adquiriria crescente ascendência nos meios políticos na medida em que despontava como a personalidade capaz de retomar os ideais democráticos que estiveram na base do movimento de março de 1964. A par disto, o caminho seguido desde fins de 1968 quando o Exército aparece cada vez mais como o responsável pela repressão brutal a qualquer forma de oposição --justificando a acusação de que vivíamos sob ditadura militar--, setores cada vez mais amplos do oficialato dão-se conta dos riscos que ameaçavam a sobrevivência da instituição. A oposição da cúpula do Exército, à distensão perseguida por Geisel, expunha à Nação a profundidade da divisão que grassava em seu meio, o que talvez tenha contribuído para inclinar, nos quartéis, a balança em favor do novo mandatário.

Ernesto Geisel tomou posse a 15 de março de 1974. Embora nos seus pronunciamentos, nos meses que de imediato se seguiram, evidenciasse o propósito de atribuir uma nova face à presença militar no governo, o grande teste seriam as eleições parlamentares a serem realizadas em novembro. Os candidatos passaram a dispor de liberdade de propaganda desconhecida desde o Ato Institucional n. 5 de fins de 1968. Além disto, pela primeira vez a televisão era parte do processo. Esse quadro beneficiou claramente o partido de oposição --Movimento Democrático Brasileiro (MDB)--, que ampliou a base de que dispunha tanto no Senado como na Câmara. No Senado, a bancada oposicionista passou de sete para vinte cadeiras. Na Câmara, a diferença entre o partido oficial (ARENA) e o MDB, que era superior a cem, reduziu-se a trinta (199 deputados arenistas contra 165 emedebistas). No pronunciamento oficial de

fim de ano, Geisel fez questão de deixar claro que não guardava ressentimentos pelos resultados eleitorais. No início de 1975, suspendeu a censura prévia a que vinha sendo submetido o jornal **O Estado de S. Paulo**.

A **linha dura** iria valer-se da situação para tentar convencer a opinião de que voltava á tona a ameaça comunista. Os órgãos de repressão, comandados diretamente pelo Exército, desencadeiam sucessivos golpes contra órgãos apresentados ruidosamente como pertencentes ao PCB. A repressão atingiu também as redações de jornais. Produziram-se centenas de prisões. A 26 de outubro daquele ano (1975), o Comandante do II Exército, sediado em São Paulo, distribuiu nota à imprensa afirmando ter cometido suicídio numa dependências do Exército, em que se achava preso, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura. As dependências em apreço eram ocupadas por órgão da repressão que se tornaria famoso (o DOI-CODI, que coordenava a repressão efetivada pelos diversos aparelhos da polícia política). Tornou-se patente que fora vítima de tortura. O fato deu motivo à realização de missa em São Paulo a que compareceram milhares de pessoas, tornando-se uma primeira manifestação política de envergadura contra o governo, depois dos acontecimentos de 1968.

No início de 1976 o fato se repetiu, vitimando desta vez a um operário. Geisel desencadeou pessoalmente uma ação fulminante contra a linha dura, que dava mostras de ter em mãos o II Exército, tornando público o grau de divisão que grassava nessa Arma. Deslocou-se para São Paulo e começou por demitir o Comandante da unidade, substituindo a grande maioria dos que detinham diretamente o comando da tropa. Apesar dessa demonstração de força, iria dar-se conta de que a batalha seria muito árdua, vendo-se forçado a fazer diversas concessões a essa facção do Exército, sempre que possível dando demonstrações de sua disposição de persistir na distensão.

Entre as concessões aos órgãos de segurança podem ser mencionados a virtual supressão da propaganda eleitoral na televisão nas eleições municipais realizadas em novembro de 1976, bem como a cassação de três deputados federais, acusados de pertencerem ao PCB. Contudo, em maio daquele ano, tendo falecido no Uruguai o ex-Presidente João Goulart, autorizou o traslado do corpo para o Brasil e os órgãos da repressão foram impedidos de interferir no enterro que teve lugar na cidade gaúcha de São Borja, em presença de mais de trinta mil pessoas. Em agosto, em face da morte de Juscelino Kubitscheck num acidente automobilístico, fato que desencadearia forte emoção no país, Geisel decretou luto oficial por três dias.

O governo anterior tivera oportunidade de auferir os resultados das reformas introduzidas por Castelo Branco. Vivenciáramos o que foi chamado de “milagre econômico”, quando se registrou, entre 1968 e 1974, taxa média de crescimento de 9%. Em 1972, chegou a 10,4%, e, no exercício seguinte, a 11,4%. Geisel

defrontou-se com o início da chamada “crise do petróleo”, decorrente do aumento brutal do preço dessa matéria prima. Ao mesmo tempo, começam as dificuldades para a obtenção de empréstimos externos, justamente o que dera lugar ao boom econômico mencionado.

O governo optou por dar continuidade aos empreendimentos patrocinados pelo Estado e recusou-se a opor restrições ao consumo de combustíveis provenientes do óleo negro, o que eventualmente teria limitado as importações. Convencido da existência de reservas petrolíferas no mar --o que mais tarde viria a ser comprovado-- e não dispo do a Petrobrás de know how nesse tipo de prospecção, introduziu os chamados “contratos de risco”, isto é, aceitação da presença de empresas estrangeiras na prospecção da plataforma continental. A providência causou celeuma monumental, uma nova frente de oposição, desta vez com os nacionalistas que, inclusive, estavam representados no Ministério.

O enfrentamento decisivo de Geisel com a **linha dura** teve lugar em 1977, quando começaram as articulações para a sua substituição. Davam-se com tanta antecedência devido ao fato de que em novembro de 1978 teriam lugar eleições para renovação do Parlamento e das assembléias estaduais (a indicação do Presidente dava-se de forma indireta num colégio eleitoral onde a decisão cabia à representação parlamentar, tanto federal como estadual). O ministro da Guerra (general Sílvio Frota) era ostensivamente candidato e dava sucessivas demonstrações de independência em relação ao Presidente. Geisel dispôs-se a correr o risco de demiti-lo, manobrando no sentido de impedir que tivesse lugar reunião do Alto Comando. Tal se deu em outubro daquele ano. O general Frota foi afastado e os seus partidários, no Alto Comando, viram-se privados da possibilidade de qualquer manifestação. Em dezembro, deu a conhecer o nome que indicaria para substituí-lo, general João Figueiredo. Para assegurar essa indicação, afastou das funções que exerciam, notadamente junto à Presidência, todos os generais que discordavam da escolha; obteve a sua promoção a general de quatro estrelas “furando a fila”, como se diz. E, com vistas a tranquilizar a Nação quanto ao seu firme compromisso com a distensão, promoveu reforma constitucional, revogando o AI-5.

O General Figueiredo era o chefe do Serviço Nacional de Informações, sob Geisel, Assim, este último conhecia-o bem. Há de ter pesado na escolha o fato de que acompanhou de perto todos os passos (e dificuldades) da distensão e, sobretudo, concordava em exercer a Presidência sem dispor de poderes de exceção. É provável, também, que Geisel tenha levado em conta a presença, nas Forças Armadas, de generais, como ele, que estavam ou estiveram no posto por mais de doze anos, inclusive exercendo cargos que lhes davam certa visibilidade no meio civil. No pleito indireto de 15 de outubro de 1978, no qual

sagrou-se vitorioso o candidato oficial, a oposição concorreu tendo a um general como candidato a Presidente (Euler Bentes, que fora promovido a general em 1965; era ostensivamente ligado ao movimento nacionalista capitaneado pelo Clube Militar; exerceu a Presidência da SUDENE, sem que isto tivesse interrompido sua permanência na ativa e, sob Figueiredo, continuou na atividade política). Devia haver outros que poderiam perpetuar a partidarização do Exército, ou seja, a sobrevivência do que Castelo Brando denominara de “mentalidade miliciana”. Há de ter-lhe parecido que seria prematura a escolha de um civil.

Apesar das dificuldades encontradas no plano econômico, Geisel praticamente coroou a Revolução Industrial. Em seu governo, a potência instalada de energia elétrica cresceu 65%; as reservas conhecidas de petróleo aumentaram 44% e a capacidade nacional de refino em 73%. A indústria de base ampliou-se nestas proporções: lingotes de ferro, 70%; alumínio, 78; zinco, 111%; chumbo, 38; produtos petroquímicos, 117%. Globalmente, a indústria cresceu 46%. Legou ao país, contudo, a volta do processo inflacionário (equivaleu a 42% em 1978) e agravamento das dificuldades nas contas externas, devido ao aumento da dívida já que parte substancial dos investimentos (e também as importações de petróleo) dependeram de empréstimos internacionais.

Ao afastar-se da Presidência, tendo completado 70 anos, Ernesto Geisel assumiu a presidência de empresa privada do setor petroquímico. Deste modo, permaneceu ativo durante muitos anos. No processo de abertura de 1985, ajudou a vencer as resistências no Exército à candidatura Tancredo Neves, em substituição ao General Figueiredo. O acordo compreendia a entrega do poder a um civil mas não se previa que fosse oriundo da oposição. Assim, o pronunciamento de Geisel contribuiu para desanuviar o ambiente. Prestou depoimento ao CPDOC, instituição pertencente à Fundação Getúlio Vargas dedicada à vida política contemporânea do país. Faleceu em 1996, aos 88 anos de idade.